[3]- Penalização em -0,5 pontos por ausência de termo entre “provides” e “context”.

[4]- Penalização em -1,0 pontos

Avaliação

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 12,00
2. Qualidade de linguagem: 8,00
3. Correção gramatical: 18,00

PIOR NOTA • 17,50

The Portuguese writer José Saramago once said “we are the memory we have and the responsibility we assume. Whithout memory we do not exist, without responsibility maybe we do not deserve to exist.” Historians not only have the duty of preserving human history, but also they have the responsibility of represent honestly the past. The view of history that reduces it to a corpus of facts and the view of history that mobilized it for the achievement of ideological goals of the present are two views that jeopardize human memory and the historian responsibility.

The view of history that considers it a collection of facts and the view of history that mobilizes it for political purposes have in common the fact that they engender a Pyrrhic victory to the historians which support them. Notwithstanding the suposed neutrality of facts, if they are not interpreted they do not help to preserve the memory of human achievements and notorious acts. The view of history which is anachronistic and which uses history as a tool for ideological purposes also puts human existence in danger. This argument is epitomized by the Turkish denial of the Armenian genocide, which is nowadays a problem for the construction of a national sentiment in Turkey. Those who try to deny the holocaust also create a feeling of insecurity, which is due to the feeling that authoritarism and facism are looming over contemporary societies.

Despite the appearence of contrast between both views of history, they deny both to bear the brunt of assuming the responsibility for human acts. To consider historical events, such as industrialization, colonialism and neocolonialism, as mere facts diminish the explanatory power that these facts have nowadays. International migration flows, environmental responsibilities and wealth distribution problems can be understood by the debate of these facts. In Brazil denounciation of a past of slavery and authoritarism has forged a more democratic society in contemporanity. Germany has achieved to regrow as a nation after World War II, when it nipped totalitarism in the bud by assuming its historical responsibilities.

The two views of history are contraditory only in appearence. Both deny human memory, jeopardizing the existence of civilization, and both run from the burden of remembering nations and human societies of their responsibilities. Historians and societies have to assume their responsibilities and guarantee human’s memory survival and none of the discussed views of history are fit to achieve these goals.

Extensão do texto: 402 palavras

Avaliação

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 10/20
2. Qualidade de linguagem: 4,5/10
3. Correção grammatical: 3/20
4. Comentário do corretor:
5. Quality of language 4,5
6. Some flowed arguments (l. 26, 27 e 38). Could have been more direct at kept to the question. 10/20



6

História

QUESTÃO 1

Em primeiro de maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai em resposta à invasão do território brasileiro e argentino por tropas paraguaias. A respeito do referido tratado e da Guerra do Paraguai.

- explique o motivo das críticas feitas ao tratado, por membros do Partido Conservador no Conselho de Estado;
- discorra sobre a atuação da diplomacia do Império em apoio ao esforço militar aliado;
- apresente os objetivos da atuação de José Maria da Silva Paranhos, no Paraguai, no período de 1869 a 1870.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 22,4 amp. / 19,7 afro.
4. Desvio padrão: 5,8 amp. / 8,5 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Ana Flavia Jacintho Bonzanini

A aproximação entre Brasil e Argentina, consubstanciada na Tríplice Aliança, representa uma subversão da lógica da política externa brasileira para o Prata. De fato, desde a década de 1840, a PEB se racionalizara, com suas diretrizes adquirindo estabilidade e previsibilidade sob a hegemonia do partido conservador. Nesse sentido, em relação ao Prata, advogava-se a contenção da Argentina e a defesa das independências do Paraguai e Uruguai e da livre navegação da bacia platina. Ao chegar a Liga Progressista ao poder, em 1862, a aproximação com a Argentina de Mitre tornou-se possível. No entanto, ao contrário do que desejavam os artífices dessa aproximação, a aliança entre Brasil e Argentina seria abalada ainda na década de 1870, em razão dos desdobramentos da Guerra do Paraguai e do retorno dos conservadores ao poder.

O Tratado da Tríplice Aliança, firmado por Argentina, Brasil e Uruguai (este último sob a liderança do colorado Venâncio Flores), tinha o intuito e combater o Paraguai de Solano López, o qual ansiava por aumentar sua influência no subsistema platino. A configuração do Tratado somente foi possível em razão das convergências ideológicas daqueles que detinham o poder na década de 1860 em cada um dos Estados partes. Na Argentina, havia ascendido ao poder Bartolomeu Mitre, um unitarista responsável por unificar definitivamente o Estado argentino após derrotar Urquiza na batalha de Pavón. Mitre e seu chanceler, Rufino de Elizalde, eram favoráveis a uma aproximação duradoura com o Império. No Brasil, por sua vez, os liberais chegam ao poder após décadas de predominância conservadora. A Liga Progressista ansiava por afirmar-se frente à opinião pública, a qual atribuía à Liga o desacato que o Império sofrera recentemente na questão Chrisitie. Ademais, os liberais sofriam as pressões dos estancieiros gaúchos, crescentemente descontentes com o tratamento que lhes era reservado no Uruguai. Assim, a aliança com Mitre e com o Uruguai colorado mostrava-se auspiciosa e atendia aos interesses da Liga Progressista recém-chegada ao poder.

No entanto, nos círculos conservadores e no próprio conselho de Estado, o Tratado da Tríplice Aliança não seria bem recebido. Ainda imperavam as desconfianças em relação à Argentina e o zelo por garantir a independência paraguaia uma vez finda a guerra. De fato, pelos termos do Tratado da Tríplice Aliança, a Argentina anexaria o Chaco Central e a região entre o Rio Verde e o braço principal do Rio Pilcomayo, incluindo Vila Ocidental, que se encontrava perigosamente perto de Assunção. Assim, os conservadores receavam que, não só a extensão da fronteira entre Brasil e Argentina aumentaria, como também o tratado representava uma ameaça para a existência do Paraguai como nação independente. Diante desses desafios, os conservadores denunciavam os termos da Aliança concluída por Almeida Rosa sob os auspícios da Liga Progressista por estimarem que esta fortalecia a Argentina em caráter permanente e ameaçava o histórico interesse brasileiro de garantir a independência das pequenas nações platinas e de livre navegação dos rios Paraná e Paraguai.

A despeito das críticas oriundas do partido conservador e do Conselho de Estado, pode-se dizer que toda a burocracia imperial esteve empenhada para garantir o êxito no esforço militar aliado. Em particular, a diplomacia brasileira teve importância primordial na empreitada. Não só a própria Tríplice Aliança nasceu de aproximação entre Saraiva e Elizalde em Puntas del Rosario, como também a atuação diplomática ao longo do conflito permitiu afastar eventuais interferências de grandes potências - em especial dos Estados Unidos - e garantir recursos para equipar as tropas.

De fato, pode-se analisar a atuação da diplomacia brasileiro em dois âmbitos ao longo do conflito. No primeiro âmbito estão o relacionamento com as demais nações platinas e com os países da América do Sul. As relações com a Argentina e com o Uruguai foram facilitadas pelo clima de confiança que se estabeleceu entre Elizalde, Flores e Saraiva quando da missão deste último para pacificar o Uruguai. Já, em relação aos demais países da América do Sul, cumpria evitar que estes não simpatizassem com a causa paraguaia e se aliassem a Solano López. Assim, o Brasil empreendeu a abertura irrestrita do Amazonas e, principalmente, celebrou o tratado de Ayacucho com a Bolívia, definindo a fronteira entre os dois países.

No que concerne às grandes potências, as relações com a Inglaterra, rompidas desde a questão Christie, foram retomadas com o pedido oficial de desculpas pelo incidente apresentado pelo representante Thornton. Esse episódio permitiu que o Império tivesse livre acesso a empréstimos ingleses, essenciais para sustentar o esforço de Guerra. A diplomacia brasileira também foi essencial para garantir a vinda de equipamento militar encomendado à França. Embora a Franca se proclamasse neutra na Guerra, seus representantes no Prata nutriam simpatias por Solano López. Assim, o governo francês estava retardando injustificadamente a entrega da belonave, problema que só foi superado com a missão do Barão de Penedo a Paris. Finalmente, a diplomacia foi amplamente empregada para administrar a posição estadunidense em relação ao conflito, pois os EUA colocaram-se ao lado do Paraguai. Em particular, o Brasil, juntamente com Argentina e Uruguai, recusou a oferta de mediação da guerra oferecida pelo Secretário de Estado.

O prolongamento da Guerra levaria à própria queda da Liga Progressista, que havia favorecido a aproximação com a Argentina. No embate entre Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros, contra Caxias, comandante das tropas do front, o Imperador, no uso de seu poder moderador, optaria pelo último. O retorno dos conservadores ao poder, coincidindo com a eleição de Sarmiento na Argentina, desgastaria a Aliança, com os conservadores retomando a tradicional diretriz de contenção da Argentina e contestando os termos do Tratado de 1865.

Nesse novo contexto se insere a missão José Maria da Silva Paranhos, no Paraguai, em 1869. Paranhos objetivava o estabelecimento de um governo provisório no Paraguai, para garantir que este não seria incorporado pela Argentina. A despeito do sucesso em estabelecer o governo provisório, o desentendimento entre os antigos aliados só faria aumentar a partir de então, na medida em que Sarmiento receava que o novo governo paraguaio satisfaria somente os anseios brasileiros. Os desacordos desembocaram de fato em cada um dos antigos aliados firmando tratados de paz em separado com o Paraguai, o que havia sido expressamente proibido pela aliança.

Os objetivos brasileiros no Paraguai acabaram sendo garantidos tanto pelo tratado de 1872 firmado com o próprio Paraguai, como pelo tratado que a Argentina assinou com o país guarani em 1876. Garantiu-se assim a independência paraguaia e a manutenção de sua soberania sobre o Chaco Boreal e a Vila

Ocidental. No entanto, a aliança entre Argentina e Brasil foram rompida, dando ensejo a um acompanhamento vigilante que, somente na década de 1880, adquiriria maiores tonalidades de cordialidade.

RESPOSTA 2 • 30,00

Paulo Victor Figueiredo Valença

O Tratado da Tríplice Aliança, assinado entre Argentina, Brasil e Uruguai, em 1865, constituiu a base do engajamento militar desses países na guerra contra o Paraguai de Francisco Solano López. Esse acordo possuía dispositivos que tratavam da necessidade de deposição do presidente paraguaio e da divisão do território do Paraguai entre Brasil e Argentina. Resultado da boa vontade e da convergência de interesses entre liberais argentinos e brasileiros no poder (no Brasil, sob a égide da Liga Progressista), o tratado tornar-se-á objeto de contenda entre Argentina e Brasil durante e após o fim da Guerra do Paraguai, sobretudo quando políticos conservadores em ambos os países retornam ao poder.

A dificuldade no recrutamento e na organização da Forças Armadas brasileiras, insucessos militares, como a retirada desorganizada de tropas brasileiras em Laguna e as concessões secretas feitas aos aliados argentinos são aspectos que, junto à humilhação sofrida ante os ingleses na Questão Christie, em 1863, inviabilizaram a permanência no poder da Liga Progressista, composta de liberais moderados e conservadores dissidentes. Com a dissolução do Parlamento, em 1868, D. Pedro II entrega a chefia do gabinete de ministros ao Partido Conservador. No poder, os conservadores efetuarão esforço em reverter os dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança que consideravam contrários ao interesse nacional, sobretudo os que fortaleciam a posição argentina na região.

De acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, o Brasil obteria o território que reivindicava há mais de duas décadas na região até o rio Apa, enquanto à Argentina caberia todo o Chaco Boreal. Ao serem revelados os termos do tratado, os políticos conservadores indignaram-se com o excessivo ganho territorial argentino. A Argentina, se os termos do tratado fossem implementados, adquiriria fronteira com a província brasileira do Mato Grosso. Esse fato, na prática, daria controle argentino sobre a navegação do rio Paraguai e, consequentemente, do acesso brasileiro à província mato-grossense, o qual era, na época, inviabilizado por vias terrestres.

O controle da navegação do rio Paraguai pelos argentinos encontrava-se em clara oposição às diretrizes de ação externa consolidadas pelo político conservador Visconde do Uruguai. O Visconde do Uruguai havia preconizado, no final da década de 1840, que a diplomacia brasileira deveria assegurar a independência de Uruguai e Paraguai, como forma de assegurar a livre navegação no Paraná e seus afluentes e, dessa forma, garantir a integridade territorial brasileira, sobretudo no que toca ao acesso ao Mato Grosso e ao leste do Rio Grande do Sul. O Tratado da Tríplice Aliança inviabilizaria a independência de fato do Paraguai, pois os argentinos teriam tropas a poucos quilômetros de Assunção, na futura Villa Hayes e, assim, controlariam a política paraguaia.

O Tratado constituiu consequência de aproximação entre liberais brasileiros e argentinos no esforço contra Solano López. A atuação da diplomacia do Império, em apoio ao esforço militar aliado, inicia-se após a campanha de Venâncio Flores, político uruguaio colorado, contra o governo "blanco" de seu país. O Império apoia a ação contra os "blancos" e envia a missão José Antônio Saraiva, em 1864, para articular a transição do governo no Uruguai. O não atendimento das reivindicações brasileiras resulta em apoio efetivo, com envio de tropas ao Uruguai, o que constituiu "casus belli" para o Paraguai e desencadeou o conflito. Nesse momento, Saraiva reúne-se com o chanceler argentino e com o general Venâncio Flores no acampamento de Puntas del Rosario, o que marca, efetivamente, o início da Tríplice Aliança.

O novo embaixador brasileiro em Buenos Aires, Francisco Otaviano Almeida Rosa, aprofunda a aproximação de Saraiva com Rufino Elizalde e concretiza o Tratado da Tríplice Aliança em 1865. Nesse momento de plena confrontação, o Brasil tinha suas relações rompidas com a Inglaterra, grande potência da época, em decorrência da questão Christie, em 1863. Na Europa, o Brasil engaja-se em tratativas diplomáticas que, sob a alçada do rei Leopoldo da Bélgica, culminam em ganho de causa para o Brasil. A Inglaterra compromete-se a ressarcir o país e, a partir de então, haverá fornecimento massivo de empréstimos, armas, equipamentos e munições para o esforço de guerra dos aliados, o que será decisivo para o desfecho do conflito.

Em 1868, a volta dos conservadores ao poder representa mudança na abordagem do Tratado da Tríplice Aliança. O Partido Conservador empreenderá esforços diplomáticos para não serem atingidos os objetivos argentinos em detrimento do território paraguaio. O Visconde do Rio Branco, novo chanceler, é enviado ao Paraguai em missão que visava ao estabelecimento de governo provisório que atendesse aos desígnios brasileiros e impedisse a anexação argentino de todo o Chaco Boreal.

A atuação diplomática de José Maria da Silva Paranhos insere-se, portanto, em um quadro mais amplo de esforço brasileiro em garantir a independência viável do Paraguai e em refrear os anseios territoriais argentinos. O envio do Visconde pode ser corretamente descrito como continuação da atuação diplomática do Império em apoio ao esforço aliado. Essa atuação consistiu na melhora do relacionamento com os ingleses e aquisição de armas e munições, além da neutralização do ímpeto estadunidense sobre o vale do Amazonas, com a abertura da navegação desse rio aos ribeirinhos, e em acordo de limites com a Bolívia, o Tratado de Ayacucho, que cedia a região do futuro Acre aos bolivianos em 1867.

O ápice desse esforço constituiu a missão do Visconde do Rio Branco ao Paraguai. Paranhos consegue viabilizar a formação do governo provisório em torno de um triunvirato, o qual seria, doravante, o interlocutor paraguaio nas relações internacionais. Nesse contexto, o novo presidente argentino descontenta-se com a vontade brasileira de não aceitar as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança. Rio Branco, entretanto, consegue a concordância do enviado argentino, Varela, de manter as possessões argentinas aquém do Pilcomayo. Essa medida desagradará ao presidente argentino Sarmiento e comprometerá a posição argentina na questão nos próximos anos. Varela será destituído de sua missão, substituído por Manuel Quintana, o que significa sucesso na atuação do Visconde do Rio Branco entre 1869 e 1870.

O retorno do Partido Conservador ao poder, em 1868, pode ser caracterizado como período de contestação dos termos do Tratado da Tríplice Aliança que fortaleciam sobremaneira a presença argentina no Prata. A diplomacia do Império, mesmo sob a égide liberal-progressista, já atuava em favor do interesse nacional, articulando ações na Europa e na região que impedissem a atuação de outras forças contra o esforço aliado. A missão do Visconde do Rio Branco ao Paraguai constituiu o ápice dessa atuação na década de 1860, porquanto assegurou a viabilidade de um governo paraguaio e impediu que os anseios argentinos se concretizassem. A diretriz de atuação externa brasileira pautou-se pelos princípios consolidados pelo político conservador Visconde do Uruguai ainda no início do Segundo Reinado, na década de 1840.

RESPOSTA 3 • 28,00

Hudson Caldeira Brant Sandy

Antes da Guerra do Paraguai, a contenção da Argentina fora uma preocupação fundamental e permanente da política externa do Império do Brasil. Temia-se que o fortalecimento daquele país, com a possível anexação de territórios que foram anteriormente parte do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, seria a causa de fragilização estratégica e militar para o Império e ocasionaria um desequilíbrio de forças na região. Os esforços para conter Buenos Aires incluíram a tentativa, pelo Brasil, de se aproximar de governos do Paraguai e do Uruguai, apoiando-os contra o expansionismo argentino. O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1865, inverteu essa lógica, unindo Brasil e Argentina em um esforço militar de grandes proporções contra o Paraguai, que invadira seus territórios. Para os políticos liberais que estavam no poder no Brasil e na Argentina na década de 1860, o Tratado era o ensaio do que poderia se tornar uma aliança durável entre os dois maiores países da América do Sul. A percepção de membros do Partido Conservador brasileiro, contudo, era a de que tratava-se de uma aliança conjuntural, que não sobreviveria ao fim da ameaça de Solano López. A visão dos conservadores parece ter se confirmado com o aumento das tensões entre Brasil e Argentina mesmo antes do término do conflito no Paraguai.

A guerra entre Brasil e Paraguai, após a invasão do Mato Grosso, era inevitável. Tornava-se necessário, para o Império, conseguir ao menos a neutralidade argentina no conflito. Em Buenos Aires, o representante brasileiro foi surpreendido com mais que a neutralidade, mas uma proposta de aliança militar contra López. Essa aliança era favorecida pela identificação ideológica entre os liberais de ambos os países e pela convicção do presidente Bartolomé Mitre de que Argentina e Brasil deviam ter relações amistosas. Ainda assim, o Tratado da Tríplice Aliança, que consubstanciou essa aproximação, foi criticado por membros conservadores do Conselho de Estado brasileiro. Para eles, as concessões territoriais feitas pelo tratado à Argentina (que incluíam toda a região do Chaco) eram excessivas e poderiam inviabilizar a independência paraguaia. Além disso, havia a percepção de que, terminada a guerra, a maior ameaça militar ao Brasil seria justamente a Argentina.

A diplomacia imperial apoiou o esforço militar aliado tanto no eixo simétrico quanto no eixo assimétrico. Na região platina, a ação exterior do Brasil vinha fortalecida da década de 1850, quando mantivera hegemonia política na região e fizera do Brasil credor externo regional no contexto da diplomacia dos patacões. O conflito alterara esse quadro, envolvendo os quatro países da região na guerra. Assim, tornara-se importante, no eixo assimétrico[1], garantir a não interferência de outras nações sul-americanas, em especial da Bolívia, que tinha com o Paraguai uma indefinição fronteiriça. A divulgação, no parlamento britânico, das cláusulas secretas do Tratado da Tríplice Aliança deteriorou a imagem dos aliados no continente e exigiu esforço diplomático para desfazer ou minimizar o dano político. Pode ser entendida como parte desse esforço diplomático a decisão unilateral brasileira de permitir, em 1866, a livre navegação de nações amigas no rio Amazonas, pleito antigo a que o Império há muito resistia. A negociação do tratado de limites com a Bolívia, em 1867, também pode ser entendida como parte desse esforço de reaproximação regional, embora o acordo tenha acabado se tornando alvo de críticas em ambos os países.

No eixo assimétrico, era fundamental que a diplomacia do Império cumprisse dois objetivos em apoio ao esforço de guerra. Em primeiro lugar, devia-se buscar, junto às potências da época, a neutralidade no conflito; em segundo lugar, era fundamental conseguir empréstimos para financiar o esforço militar, não apenas brasileiro, mas também argentino (após décadas de caos político, era difícil para a Argentina obter crédito no exterior) e, em muito menor escala, do Uruguai. A diplomacia imperial foi bem sucedida em ambos os objetivos. Os empréstimos contraídos para a guerra levaram o Império ao ápice de seu endividamento entre os anos 1860 e 1870.

Em 1869, Assunção fora ocupada por tropas brasileiras e a guerra parecia perto do fim. José Maria da Silva Paranhos foi enviado ao Paraguai com a missão de apoiar a organização de um governo paraguaio com quem se pudesse assinar a paz. Ao fim da guerra, tinham mudado os governos no Brasil, agora sob o Partido Conservador, e na Argentina, agora governada pelo presidente Sarmiento. Tanto o governo de Sarmiento quanto os conservadores brasileiros nutriam desconfianças recíprocas quanto às intenções do outro país para o Paraguai, e isso causou grandes dificuldades às negociações de paz. Eventualmente, Brasil e Paraguai assinaram a paz em separado em 1872, o que intensificou ainda mais as tensões crescentes entre Brasil e Argentina. O projeto de Mitre quanto há[2] uma aliança durável com o Brasil não tinha mais condições de existir.

A Guerra do Paraguai representou uma inversão temporária da lógica geopolítica que predominou no Prata ao longo do século XIX. ao invés de marcar o início de uma aproximação estrutural entre Brasil e Argentina, a guerra foi uma aliança passageira, que logo cedeu à rivalidade. Apenas no final do século XX, em contextos regional e sistêmico completamente diferentes, a parceria sólida e durável entre os dois países pode tornar-se realidade, para o benefício e a estabilidade de toda a região.

<u>Comentários do candidato</u>

[1] Aqui, escrevi assimétrico quando queria dizer simétrico. Trata-se de um erro grave, que prejudica a leitura da resposta. Na terceira fase, o tempo é curto e a tensão é grande. Cuidado para não pensar em uma coisa e escrever outra, assim como fiz aqui. Caso você tenha cometido algum erro assim, busque demonstrar, na fase de recursos, que foi apenas um deslize pontual, que nada tem a ver com seu domínio da matéria.

Em geral, isso pode ser comprovado pela leitura da questão como um todo. Nessa questão, por exemplo, é evidente que a resposta opõe a diplomacia junto à Bolívia, no eixo simétrico, à ação externa junto às potências do século XIX, no eixo assimétrico.

[2] Agora, escrevi "quanto há" onde devia ter escrito "quanto à". Impressionante! Sei exatamente o que você está pensando: "um cara passou no concurso sem ter sido alfabetizado". Não é bem assim! Eu mesmo já ri bastante desse erro de português grotesco. Para ser sincero, fiquei bastante tentado a simplesmente omiti-lo neste guia de estudos. Mantive o erro porque acho que este comentário complementa, de certa forma, o anterior. É o seguinte: as respostas da terceira fase do concurso (não apenas as minhas) são cheias de erros como esse. As pessoas que corrigem nossas provas sabem que, ao responder às questões, nós estamos organizando uma grande quantidade de informações e argumentos em um tempo bastante exíguo. Nem todo erro de escrita é igualmente grave na terceira fase, pois há certos deslizes que, por mais horrendos que sejam, não interferem gravemente na compreensão da resposta. Assim, busque evitar, com maior atenção, os erros que podem causar problemas de leitura (como o erro de um certo candidato que escreveu assimétrico quando queria dizer simétrico). Naturalmente, nada disso vale para a segunda fase, quando nenhum erro será perdoado!

PIOR NOTA • 08,00

Em meados da década de 1840, o Brasil rompe com a postura de "imobilismo" na região platina. A partir de então, a política externa do Império brasileiro passa a ser marcada por maior assertividade. Após a malograda tentativa de estabelecer uma aliança com Rosas, em 1843, para evitar o apoio do governo uruguaio aos farroupilhas, o Brasil passa a ter, cada vez mais, como objetivo conter o expansionismo rosista. Após o fechamento do acesso a rios da região e a resistência à intervenção anglo-francesa, Rosas ganhava espaço no Prata. Na década de 1850, o Brasil participou do esforço empreendido para derrubar Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina, aliando-se a Urquiza. O período também foi marcado pela chamada "diplomacia do patacão", que teve importante participação de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, na política de concessão de empréstimos a facções políticas aliadas ao Império no Prata.

Na década de 1860, o Brasil apoiou os colorados uruguaios, encabeçados por Venâncio Flores, contra o blanco Aguirre. Ao intervir no Uruguai para forçar a saída de Aguirre, o Brasil sofreu uma invasão do território do Mato Grosso por tropas paraguaias. O presidente paraguaio, Solano López, que havia sido aconselhado por seu pai e antecessor na presidência a não entrar em guerra com o Brasil, não previu que suas ações teriam o efeito de aproximar Brasil e Argentina. Apoiado pelos blancos uruguaios e, inicialmente, por Urquiza, López procedeu à invasão da Argentina. Em 1875, como em uma "profecia autorrealizável", o Brasil, a Argentina de Mitre e o Uruguai firmaram o pacto que criava a Tríplice Aliança para lutar contra o Paraguai.

Membros do Partido Conservador teceram diversas críticas ao tratado. Apesar da célebre frase de Holanda Cavalcanti ("nada mais liberal que um conservador no poder"), havia alguns desacordos entre luzias e saquaremas. Entre os pontos de divergência dos dois partidos, destaca-se justamente a relação com a Argentina. A Guerra do Paraguai teve inicio sob gabinete liderado pela Liga Progressista, a qual, apesar de não possuir uma agenda muito bem definida para o Prata, não era refratária a uma aproximação com Buenos Aires. Esse contexto político interno favoreceu a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, o qual foi visto com maus olhos pelos conservadores, os quais nutriam forte desconfiança em relação à Argentina. Essa diferença fica clara ao analisarmos a postura do Brasil ao final do conflito, quando chega ao poder um gabinete conservador. Nesse momento, cresce a oposição em relação à Argentina e o Brasil opta por manter tropas no Paraguai até 1876, ano em que foram estabelecidas as fronteiras entre Paraguai e Argentina. Os conservadores temiam pela manutenção da independência guarani e pelo avanço potencial da Argentina sobre o Chaco.

No início da Guerra do Paraguai, apesar de estar com as relações rompidas com a Inglaterra em função da "diplomacia do porrete" de Christie, o Brasil seguia contraindo empréstimos junto à Casa Rothschild. A situação de devedor em relação aos ingleses se revertia no contexto platino, onde o Brasil era credor de seus vizinhos. Essa questão explicita as "duas faces da moeda" da política exterior brasileira no período, combinando dependência da Inglaterra e certa autonomia no Prata. Ao longo do conflito, o Brasil realizou vultosos empréstimos aos aliados e contraiu outros junto à City londrina.

Em 1867, o Brasil assinou o tratado que delimitou suas fronteiras com a Bolívia. O esforço para firmar o pacto de Ayacucho envolvia não só a necessidade de estabelecer os limites do território nacional, mas também a intenção de evitar uma possível aproximação boliviana com o Paraguai. Entre os diplomatas que tiveram importante atuação na região sul-americana destacam-se Duarte da ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, o qual se tornaria o Visconde do Uruguai, e José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

José Maria da Silva Paranhos buscou, nos anos finais da Guerra do Paraguai, preparar o processo de pacificação da região. O Tratado da Tríplice Aliança garantia a independência paraguaia, pois o Brasil visava a evitar a possibilidade do surgimento de uma coalizão antibrasileira na região, favorecendo, portanto, a independência das repúblicas vizinhas. O tratado também previa que o conflito só chegaria ao fim após a captura de Solano López. Por esse motivo, além da superioridade do exército paraguaio e do desconhecimento dos aliados do terreno, o conflito se arrastou muito mais tempo do que fora inicialmente previsto. Nesse sentido, Paranhos deveria buscar assegurar a continuidade das relações bilaterais com o Paraguai após o final da guerra, evitando uma possível aproximação em relação à Argentina e preparando o período de "inteligência cordial" com os vizinhos que marcaria o final do Segundo Reinado.

Em 1868, a Argentina deixara o conflito em função de questões políticas internas. Ao final do confronto, sob o comando do Conde D'Eu, que sucedera Caxias, o Brasil logrou capturar López, pondo fim à guerra. O Paraguai encontrava-se arrasado e com sua população masculina dizimada e os aliados encontrava-se pesadamente endividados em função do esforço de guerra. As tropas brasileiras permaneceriam em território paraguaio, como já mencionado, até meados dos anos 1870, para assegurar o estabelecido pelo Tratado da Tríplice Aliança.

Em 1872, o Brasil assinou tratado de limites com o Paraguai, garantindo a região do Mato Grosso. Quatro anos mais tarde, a Argentina fez o mesmo, assegurando uma parte do Chaco. O período que se seguiu foi marcado, na política exterior brasileira, pela distensão no Prata. O Império esforçou-se em manter uma relação cordial com os vizinhos platinos, evitando a conflagração de novos conflitos.

A Guerra do Paraguai também trouxe efeitos para o âmbito político interno do Brasil. A "questão militar" foi um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento do movimento republicano internamente. Igualmente, a participação de ex-escravos, muitas vezes comprados e alforriados pelo governo para contribuir nas tropas, dada a escassez de "voluntários da pátria", exerceu alguma pressão sobre a questão da escravidão. Nas décadas finais do Império, os processos de distensão e universalismo na política externa foram acompanhados pelo fortalecimento dos movimentos republicano e abolicionista no plano interno. A legitimidade monárquica era, aos poucos, substituída pelo nacionalismo republicano. A união de forças com as repúblicas platinas na Guerra do Paraguai fizera parte do esforço de construção do Estado nacional, não só para o Brasil, mas também para seus vizinhos.

QUESTÃO 2

O ano de 2015 faz lembrar o meio século do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, discorra sobre a participação militar do Brasil na referida guerra e as implicações dessa participação para a política externa brasileira no contexto imediato do pós-Segunda Guerra.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 23,9 amp. / 23,0 afro.
4. Desvio padrão: 3,4 amp. / 4,6 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Alexandre Pinto Dib

O Brasil foi um dos poucos países latino-americanos a enviar tropas e a participar militarmente da II Guerra Mundial. A escolha pela participação, no entanto, não foi de cunho ideológico, tendo sido fruto de uma estratégia de desenvolvimento nacional em estreita ligação com a condução da política externa. Os objetivos brasileiro eram os de promover a industrialização interna, principalmente por meio da instalação de uma siderúrgica; reequipar suas Forças Armadas e maximizar sua projeção internacional, no contexto do pós-guerra, de modo a aumentar o próprio poder de barganha. Se os dois primeiros objetivos lograram êxito, o mesmo não pode ser dito sobre o terceiro, cujo resultado foi ambivalente, mas, diante das expectativas, frustrante.

A política externa conduzida na década de 1930, denominada por Gerson Moura de "equidistância pragmática" é prova de que a posterior decisão de juntar-se ao esforço de guerra dos Aliados foi puramente estratégica. Entre 1933 e 1939, o Brasil buscou manter relações comerciais estreitas tanto com os EUA quanto com a Alemanha nazista. A falta de divisas do Brasil estimulou o comércio sob marcos de compensação com os alemães (1936), que também encontravam-se com poucas reservas internacionais. Por outro lado, o comércio com os EUA também era intenso (Acordo – 1935), e as relações políticas favorecidas pela política de Boa Vizinhança, inaugurada por Roosevelt, e pelo temor de que, se alijado, o Brasil pendesse para os totalitarismos.

Apesar da inicial neutralidade brasileira e estadunidense, a eclosão da II Guerra tornou a estratégia equidistante do Brasil crescentemente inviável. O Bloqueio Atlântico dificultou o comércio com a Alemanha, e a eventual entrada dos EUA na guerra forçaram o governo Vargas a posicionar-se de forma mais definida. Após a Missão Aranha (1939) que renegociara algumas dívidas e da visita de Gois de Monteiro aos EUA, acordou-se o financiamento para a Companhia Siderúrgica Nacional e o reequipamento militar brasileiro pelo esquema de "lend and lease".

Em troca, o Brasil oferece seu apoio à causa dos Aliados, inclusive na tentativa de persuadir os demais países sul-americanos, que por vezes pendiam mais para a causa alemã. Na III Conferência de Chanceleres, de 1942, Brasil e EUA tentam convencer países como Argentina e Chile a romper relações com o eixo, mas sem êxito. Com os ataques a Pearl Harbor e a entrada estadunidense na guerra, o Brasil percebe que, caso participasse do esforço militar, poderia, inclusive, maximizar seus ganhos no período pós-conflito, tendo sido o único país a apoiar os EUA e com eles estabelecendo suposta "relação especial".

A efetiva contribuição militar foi uma exigência brasileira. Contrariamente aos desígnios ingleses de apenas utilizar bases aéreas no Nordeste brasileiro, Vargas demandou participação direta. A experiência da I Guerra revelara os ganhos que se podia obter ao compor o grupo dos vitoriosos em negociações pós-conflito. Assim, o Brasil envia a Força Expedicionária Brasileira, que luta na península itálica, a FAB ocupa-se da proteção costeira, e as bases aéreas do Nordeste contribuíram para os esforços ingleses e americanos na África.

Findo o conflito, o Brasil via o momento de colher os esperados frutos em prestígio e projeção internacionais. Quando Vargas encontrara Roosevelt, em Natal (1943), este lhe prometeu um lugar de destaque na nova organização multilateral que iria substituir a LdN. Com efeito, o Presidente americano propõe a inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, mas vê sua sugestão obstruída pela Inglaterra e pela URSS. Quando Cyro Freitas-Valle assina a Carta de São Francisco, em 1945, portanto, o Brasil adere à Organização das Nações Unidas sem receber a posição de destaque que esperava. Freitas-Valle, ciente do malogro da estratégia adotada por Artur Bernardes na tentativa de conquistar assento permanente no Conselho Executivo da LdN, em 1926, opta por uma tática menos intransigente. Busca reformar o Conselho da ONU, nos primeiros anos, mas percebe a inviabilidade de seu pleito diante do acirramento da bipolaridade entre EUA e URSS. No âmbito da ONU, desse modo, mantém-se o alinhamento aos estadunidenses, mas conquista-se apenas o direito de inaugurar os debates da Assembleia Geral, que se consolida na década de 1950.

A suposta "relação especial" que a participação na Guerra teria garantido ao Brasil junto aos EUA mostra-se, igualmente, uma frustração de expectativas. Os estadunidenses, mais preocupados em conter o avanço soviético sobre a Europa e a Ásia no contexto de pós-guerra, relegam a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, a segundo plano. Incipientes medidas de auxílio, como a Missão Abbink, a Comissão Mista e o Acordo Militar de 1952 denotam o mito dos laços de amizade especial, e, após a posse do Republicano Eisenhower, até mesmo as minguadas ações de assistência cessam. Para os americanos, a América Latina era vista somente em termos de segurança, o que foi fortemente prejudicial para o projeto desenvolvimentista do Brasil no período.

No plano externo, o final da II Guerra teve como principal consequência a significativa perda do poder de barganha brasileiro na arena internacional. O fato de que o governo Dutra, imediatamente posterior ao fim do conflito, fosse ferrenhamente anticomunista (rompendo, inclusive, relações com a URSS), apenas contribuiu para a deterioração da posição negociadora nacional frente ao bloco ocidental desenvolvido

A participação militar brasileira na II Guerra levou a ganhos estratégicos, como o financiamento de uma siderúrgica nacional e o reequipamento das Forças Armadas. Entretanto, o objetivo de ter participação destacada na nova ordem internacional ficou muito aquém do esperado e, em decorrência da eclosão da Guerra Fria, o poder de barganha do Brasil viu-se drasticamente reduzido, afetando negativamente o projeto desenvolvimentista e desconstruindo o mito da relação especial com os EUA.

RESPOSTA 2 • 30,00

Daniel Nogueira Chignoli

Ao participar, militarmente, da Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o único Estado latino-americano a mandas tropas ao teatro de operações na Europa. Esse determinante é significativo, pois engendrou conseqüências que favoreceram a política externa nacional e o processo de industrialização. O

contexto de aproximação com os Estados Unidos, igualmente, permaneceria, com desdobramentos nem sempre profícuos ao país, após o fim do conflito, devido a razões sistêmicas. Nesse sentido, a participação militar do Brasil insere-se no processo gradativo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, com resultados importantes para a industrialização e para a atuação diplomática.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial representa o fim do paradigma da equidistância pragmática, conforme assevera Gerson Moura. Após crises abalarem as relações do governo brasileiro com a Alemanha, como a Questão Ritter, que ensejou a declaração de persona non grata ao embaixador alemão, o bloqueio do Atlântico com o conflito, que impediu o comércio bilateral e o bombardeio de navios brasileiros por submarinos alemães, o governo norte-americano pôde aumentar sua influencia sobre a administração Vargas, a fim de favorecer o rompimento com o Eixo. Esse contínuo processo de aproximação é verificado na III Conferência dos Chanceleres Americanos, em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, em que o Brasil é o único Estado sul-americano a seguir a posição dos EUA e romper com a Alemanha, na medida em que Estados como a Argentina e o Chile preferiram a neutralidade. Antes mesmo dessa conferência, o governo brasileiro já vinha abandonando a equidistância pragmática, em favor das relações com Washington, como demonstra a Missão Aranha, que normalizou o pagamento da dívida externa nacional, conseguiu financiamentos e apoio à modernização das Forças Armadas. Assim sendo, mesmo afastado da Alemanha, o governo seguiria barganhando com os EUA o apoio no esforço de guerra, em troca de auxílio ao desenvolvimento nacional.

É importante ressaltar que, a partir da Revolução de 1930, conseguir ajuda para o processo de substituição de importações será o principal leitmotiv da diplomacia nacional. Sob esse contexto é que se deve compreender a participação militar do país na Segunda Guerra. Mesmo sem a hipótese de aproximação com a Alemanha, os EUA dependiam, ainda, da ajuda brasileira no fornecimento de matérias-primas para as operações militares, como a borracha, e do uso de bases do país no Nordeste, para auxiliar o teatro de guerra no Norte da África. Em contrapartida, o governo brasileiro permanecia empenhado em dois objetivos: a consolidação do parque industrial e a modernização das Forças Armadas. Nessa conjuntura, ocorrem, após a Conferência do Rio de Janeiro de 1942, as Missões Souza Costa e Cooke. A Missão Souza Costa tinha por objetivo o fornecimento de matérias-primas do país em troca de financiamento para o desenvolvimento siderúrgico do Brasil e para o reequipamento dos militares. Da mesma forma, a Missão Cooke buscava verificar os entraves ao progresso industrial do país. Conseqüentemente, o governo brasileiro aproximava-se e, paralelamente, barganhava com os EUA, durante as negociações sobre o apoio nacional aos Aliados.

Malgrados os Estados Unidos necessitassem de matérias-primas e da posição privilegiada do Nordeste brasileiro, não havia consenso sobre a participação política do Brasil com o envio de tropas para combater na Europa. A Grã-Bretanha, por exemplo, era contrária a esse envolvimento, embora Washington não fizesse oposição. Desse modo, realiza-se, em janeiro de 1943, a Conferência de Natal, onde há o encontro cordial entre Roosevelt e Vargas. O apoio norte-americana ao desenvolvimento industrial e à modernização das Forças Armadas brasileiras é consolidado, bem como a permissão do uso de bases aéreas nordestinas para o esforço de guerra dos Aliados. Nesse encontro, define-se que o Brasil enviaria uma Força Expedicionária para o teatro de operações italiano, assim como um corpo de aviadores. Essa concordância norte-americana é consequência do processo de aproximação e de barganha, pois o governo brasileiro insistia na importância do envio de tropas do país para combater, esperando obter uma posição privilegiada nas negociações de paz futuras, como havia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial. Da mesma maneira, Eugênio Vargas Garcia assevera que Roosevelt, em Natal, lançou seu balão de ensaio ao declarar que esperava presenciar Vargas ao seu lado na futura conferência de paz e que o Brasil poderia fazer parte do grupo de Estados que conformaria a "polícia do mundo" que o presidente norte-americano planejava. A participação do país na guerra seria determinante para a atuação internacional do país no pós-guerra.

No livro O Sexto Membro, Eugênio Vargas Garcia relata o plano de Roosevelt de criar uma organização internacional que substituísse a Liga das Nações, com um Conselho de Segurança com membros permanentes que garantissem a paz e a segurança mundiais. O Brasil estava presente no paradigma do presidente norte-americano, pois era parceiro essencial na América do Sul, capaz de mitigar a desconfiança dos EUA com outros Estados daquela região, como a Argentina. Do mesmo modo, o governo brasileiro tinha interesse por esse arranjo e entendia o apoio de Roosevelt como resultado exitoso da barganha para auxiliar os Aliados. As determinações brasileiras permaneceriam com a rendição da Alemanha, na medida em que o Brasil declararia guerra ao Japão, para continuar com a posse do material bélico norte-americano. A vitória aliada e a participação brasileira na Conferência de São Francisco que constitui a ONU das bases da ideia de Roosevelt é momento crucial para a diplomacia nacional.

Em 1945, mudanças importantes engendram consequências para a política externa brasileira. Mediante o apoio ao esforço de guerra, o país havia obtido financiamento para o parque industrial, o fornecimento de armamentos aos militares e a participação militar no conflito. Não obstante isso, novas razões sistêmicas influenciam a Conferência de São Francisco. Roosevelt falecera e Harry Truman não tinha o mesmo entusiasmo pela presença brasileira no novo Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas. Além disso, a União Soviética opunha-se a mais um aliado dos EUA no Conselho, e a Grã-Bretanha também era contrárias, pois temia que países como Austrália e Canadá reivindicassem, igualmente, assento, por sua participação militar. Nesse sentido, a diplomacia brasileira embora em posição favorável pelo apoio ao esforço de guerra dos Aliados e pela participação militar, não conseguiria garantir o ligar como sento membro do Conselho de Segurança e passaria a fazer uma defesa indireta, ao propor um assento permanente a um Estado latino-americano. Ainda assim, a política externa lograria resultados significativos decorrentes do envio de tropas: o país foi eleito membro não permanente do Conselho de Segurança, membro da Comissão de Energia Atômica da ONU e garantiu o direito de abrir as sessões da Assembleia Geral. Conquanto a contínua aproximação com os EUA não haja sido suficiente para garantir o assento permanente no Conselho de Segurança, o país encontrava-se em uma posição favorável, ao final da Segunda Guerra.

A participação militar do Brasil na Segunda Guerra não foi uma exigência do governo norte-americano. Essa decisão decorre da política nacional, que compreendia que o envio de

tropas favoreceria o país. A barganha brasileira com os Estados Unidos auxilia a industrialização, a modernização das forças militares e foi determinante para o destaque brasileiro na Conferência de São Francisco. Embora a concepção de Roosevelt não haja sido, completamente, cumprida, o Brasil foi membro fundados da ONU e ocupou posições importantes nessa organização. As relações bilaterais, que, progressivamente, se intensificariam, permaneceriam influenciando a atuação diplomática do país, em busca de apoio ao desenvolvimento nacional.

RESPOSTA 3 • 29,00

Anônimo

A entrada do Brasil na Segunda Guerra, em 1942, é resultado de uma aproximação aos Estados Unidos e um distanciamento dos países do Eixo (notadamente Alemanha), de modo progressivo, mas com contornos definidos já em 1938. Pouco antes desse ano, o comércio compensado entre Brasil e Alemanha havia alçado este país à condição de grande parceiro comercial brasileiro, rivalizando com os Estados Unidos e gerando fortes preocupações no governo norte-americano. O Governo de Vargas adotava uma postura pragmática de eqüidistância entre os dois pólos de poder, cujo antagonismo crescia e estava refletivo em suas ideologias opostas de governo, liberal-democrática e autoritária (fasci-nazismo) para Estados Unidos e Alemanha respectivamente. As disposições autoritárias do Estado Novo brasileiro, instituído em 1937, evidentemente preocupavam os Estados Unidos, bem como algumas declarações do líder brasileiro revelando certa simpatia com os regimes do Eixo. (Pensa-se, em particular, ao pronunciamento de Vargas a bordo da embarcação Minas Gerais, imediatamente posterior a vitórias militares da Alemanha na Europa). Desse temor norte-americano, logrou Vargas a atenção e benefícios junto aos Estados Unidos, com a conseqüência de afastar-se o perigo de aproximação com o Eixo por meio da consolidação da influência norte-americana no Brasil. No quadro de concessões, instalou-se sob o governo de Vargas a Companhia Siderúrgica Nacional, com investimento estadunidense, assim como armamento ou reaparelhamento das forças armadas brasileiras. Note-se que havia tratativas e mesmo acordos conclusos entre brasileiros e alemães relativamente à compra de material bélico, mas sua consecução já se afigurava difícil diante do bloqueio britânico que se impunha à Alemanha. Em contrapartida aos investimentos americanos (cuja alocação tributa-se, em parte, às conclusões da Missão Cooke) em sede econômica e militar, cedeu o Brasil a utilização de suas bases militares na Costa Nordeste, perfazendo aquela região parte do "trampolim da vitória" na guerra dos Aliados frente à Alemanha nas posições do Atlântico. Tais bases, claro, também se beneficiaram do papel reestruturador do investimento estadunidense, . Ainda em contrapartida às concessões dos Estados Unidos, participou o Brasil no esforço de guerra dos Aliados fornecendo-lhes matérias primas e, no caso dos vizinhos do norte, minerais estratégicos.

Além do que se buscou junto ao Brasil, por parte dos Aliados, o pais insistiu que enviasse ao campo de batalha um contingente militar. Possivelmente visando reproduzir a experiência da Primeira Guerra, na qual o Brasil foi o único país da América do Sul a contribuir efetivamente no conflito, e ao término da qual projetou-se internacionalmente com sua experiência na Liga das Nações, aspirava o Governo Vargas posicionar-se favoravelmente nas Conferências de Paz, tal qual ocorrera em Versalhes. Essas aspirações, no entanto, não vingaram, apesar da efetiva participação militar brasileira no conflito. Pensa-se, sobretudo, no papel importante do uso das bases brasileiras no Atlântico, e menos na atuação em solo europeu, já próxima à rendição da Alemanha.

Dentre as frustrações, a mais imediata (embora alimentada sobretudo por Vargas) foi a não obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança que se arquitetava para a futura organização mundial. Vargas Garcia, em estudo recentemente publicado, discorre sobre como o apoio inicial de Roosevelt, mais pessoal do que decorrente dos quadros diplomáticos estadunidenses, logo se perdeu diante de resistências internas, oposição de URSS e Reino Unido, e o posterior desaparecimento do líder norte-americano.

A tentativa mal lograda de obtenção de um assento permanente, cautelosa afim de não se repetir o que ocorreu em 1926-1927 na Liga das Nações, reverteu-se em simples eleição do Brasil para um assento não permanente quando do funcionamento inicial das Nações Unidas.

As demais frustrações do pós-guerra imediato são sobretudo ressentidas durante os anos do Governo Dutra. Preocupados os Estados Unidos com a contenção da URSS e a reconstrução da Europa, não houve ganhos financeiro-econômicos ao Brasil decorrentes de seu engajamento da Guerra. Investimentos com capital público norte-americano ao vieram, porquanto insistissem os Estados Unidos, como manifestado nas conclusões da Missão Abbink, que incumbiria ao capital privado o papel de motor econômico das economias latino-americanas, que permaneceram alheias à destruição provocada na Europa e na Ásia. Nesse sentido, malograda a abertura liberalizante da economia provocada por Dutra, sofreu a economia brasileira a ausência de investimentos diretos e, logo, perdeu-se o acumulado comercial durante a guerra. Diante do descontentamento brasileiro crescente, manifestado aos Estados Unidos oficialmente por meio de memorando entregue pelo chanceler Raul Fernandes às autoridades norte-americanas, buscou paliar tal situação o governo daquele pais com uma proposta de constituição de uma comissão mista Brasil-EUA, gestada nos últimos anos do governo Dutra mas somente criada nos anos seguintes do Governo Vargas. Em aplicação do princípio IV de Truman, poucos resultados produziu (Banco Nacional do Desenvolvimento, por exemplo, foi criado) e logo dissolveu-se com a chegada de Eisenhower ao poder nos Estados Unidos. (Seus relatórios e estudos, conteúdo, serviram para a formação do plano de metas no Governo Kubitscheck).

Olhando-se em retrospectiva, sabe-se que o apoio brasileiro aos Aliados no contexto da Segunda Guerra não resultou exclusivamente do desígnio pessoal de Vargas, de modo que o valor de barganha obtida pelo Brasil pode ser temperado. Em 1938, portanto antes que rompesse relações com o Eixo e reconhecesse o estado de beligerância contra a Alemanha, o Governo brasileiro se indispunha com autoridades nazistas, notadamente o representante alemão no Rio de Janeiro Karl Ritter, diante de suas demandas relativas à política nacional sobre descendentes e a comunidade de imigrantes alemães no sul do país. Dentre essas políticas, tem-se aquela relativa à nacionalização do ensino, limitação da influência estrangeira do Estado de nacionalidade junto aos descendentes e também a limitação do uso da língua estrangeira em certos veículos de

comunicação. Intermitentemente interrompendo-se o comércio compensado entre Alemanha e Brasil em razão desses desentendimentos, já nota-se um esfriamento do antes dinâmico comércio bilateral e reaproximação junto aos Estados Unidos, conforme se verifica com a Missão Aranha àquele país. Dessa forma, pode-se dizer que o que Vargas obteve com sua "eqüidistância pragmática" logrou o máximo que poderia lograr nas circunstâncias. O posterior desencantamento, ao mesmo tempo, estava fadado a realizar-se, sobretudo com o recrudescimento da Guerra Fria.

PIOR NOTA • 17,00

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil não só apoiou os aliados como participou ativamente do quadro de operações militares, em participação muito mais importante do que aquela que já havia ocorrido na Primeira Guerra Mundial. Assim como, em 1918, a participação do Brasil no conflito rendera-lhe frutos na consecução da política externa, a participação na Segunda Guerra Mundial gerou conseqüências, desde a obtenção de recursos para a consecução de projetos nacionais, até a destacada participação na construção de sistema multilateral de segurança internacional.

Na Primeira Guerra Mundial a participação brasileira no conflito iniciou-se com o afundamento, decorrente da guerra submarina irrestrita alemã, dos navios Paraná e Macau, que navegavam em absoluto respeito à neutralidade brasileira. A participação brasileira, durante o governo Wenceslau Brás, foi relativamente pequena e limitou-se ao envio de pessoal médico para Paris, ao envio de pilotos brasileiros, que atuaram juntamente com a Royal Air Force, e o envio de navios para patrulha, na Europa, que não chegou a operar, em razão de um surto de gripe espanhola, que forçou-os a aportar, em Dakar.

Essa atuação brasileira rendera atuação privilegiada do Brasil ao fim da Grand Guerra, fato que, provavelmente, não foi ignorado por Getúlio Vargas e demais executores da política externa brasileira, durante o Estado Novo. Ao fim da Primeira Guerra Mundial o Brasil logrou ter acolhido seu pleito de reconstruir sua marinha mercante com os cerca de quarenta navios alemães apresados em portos brasileiros; o Brasil logrou obter indenização alemã, nas Conferências Aliadas de Paris, pelo café enviado a consumidores alemães, cujos recursos para o pagamento restaram bloqueados e o Brasil teve lócus privilegiado de atuação nas negociações do principal órgão de manutenção da paz internacional, em sistema multilateral de segurança, conforme as ideias de Woodrow Wilson. O representante brasileiro, Epitácio Pessoa, nas negociações da Liga das Nações, esteve à frente de legação com 3 representantes, tamanho equiparado à representação espanhola, ressaltando-se que as principais potencias possuíam 5 representantes. Apesar de não ter logrado um assento permanente no Conselho da Liga, o Brasil foi reeleito sucessivamente nessa.

Durante o Estado Novo, quando a manutenção de uma política de eqüidistância pragmática, empreendida por Getúlio Vargas, já apresentava limitações – o que se torna difícil, após 1941 – o Brasil negocia com os Estados Unidos, sob a presidência de Roosevelt diversos acordos. O Brasil enviou para os Estados Unidos minérios estratégicos, como areias monazíticas, e garantiu o suprimento de borracha, já que o comércio Asiático dessa matéria prima estava prejudicado, em razão do conflito. O Brasil cedeu à demanda norte-americana de utilização da Base Aérea, em Natal, Rio Grande do Norte, garantindo alternativa à força aérea norte-americana, caso precisasse chegar à Europa via África.

Ademais, o Brasil logrou reequipar as forças armadas, por meio dos atos de Empréstimo e Arrendamento dos Estados Unidos. É com essas forças armadas que o Brasil atua no cenário de guerra europeu. São enviados para a Europa cerca de 20.000 pracinhas brasileiros, integrantes da Força Expedicionária Brasileira – FEB, que atuaram, principalmente, na Itália. Pilotos da Força Aérea Brasileira também receberão treinamento e terão participação no conflito. A participação brasileira, na Segunda Guerra Mundial, foi muito mais densa do que aquela no conflito anterior, houve colaboração militar com os Estados Unidos e envio de número significativo de tropas para a Europa.

A participação militar do Brasil no conflito gerou implicações tanto para a política interna quanto para a política externa, no contexto imediato do pós-guerra. Internamente, a participação brasileira em conflitos internacionais tem potencial de gerar efeitos. A queda da Monarquia está fortemente relacionada ao crescimento da participação política dos militares no Segundo Reinado. No Estado Novo, a luta brasileira, na Europa, contra regimes totalitários, em prol da democracia, igualmente, engendraria o retorno a regime democrático.

No que tange à política externa brasileira, a participação no conflito permitiu que Vargas desse consecução a seu projeto de desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira. Apesar de existirem iniciativas privadas na siderurgia, a exemplo da Belgo-Mineira, a indústria siderúrgica estava aquém das demandas do mercado e necessitava de apoio estatal para se desenvolver. O Eximbank, após a desistência da US Steel, é que irá, com apoio do governo Roosevelt, financiar o desenvolvimento da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e a Usina de Volta Redonda.

No imediato pós –Segunda Guerra, o Brasil irá ter participação destacada, assim como ocorreu quando da criação da Liga das Nações, na conformação do sistema multilateral de segurança internacional e da ONU. Eugênio Vargas Garcia destaca o apoio que Roosevelt aventou, inclusive, a que o Brasil se tornasse um sexto membro permanente da Organização. Apesar de o governo Truman não ter dado consecução a essa ideia, o Brasil logrou obter posição de destaque na conformação do sistema, colaborando, inclusive, com iniciativas como a Cláusula Raúl Fernandes, presente do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. A posição de destaque brasileira, igualmente, permitiu que interviesse em prol de direitos da Argentina e do Chile, que se mantiveram neutros até os estertores do conflito.

O Brasil participou ativamente de dois dos principais conflitos do século XX, logrando, em ambos, firmar posição de destaque tanto na defesa de interesses nacionais de desenvolvimento quanto na conformação do quadro sistêmico de segurança internacional.

Recurso:

Requer-se, respeitosamente, reconsideração da nota atribuída ao candidato. Frente ao comando da questão, que

exigia que o candidato discorresse sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e as implicações para a política externa brasileira que teria curso subsequentemente, o candidato julgou que seria interessante realizar análise comparativa entre a participação brasileira na Grande Guerra e na Segunda Guerra, comparando a política externa em ambos os casos. Apesar da abordagem diferenciada, o candidato não descuidou do objeto da questão e dissertou sobre a participação da FEB e sua atuação militar no cenário de guerra europeu; sobre as condicionantes que engendraram ao ingresso do Brasil no conflito e o esgotamento da política de equidistância pragmática; a consecução de política econômica desenvolvimentista, com financiamento do Eximbank e desenvolvimento da siderurgia nacional; a participação do Brasil nas conferências do pós-guerra e a tentativa de manter a ideia de Roosevelt de integrar o Brasil como sexto membro permanente da ONU. O candidato reconhece que preteriu discussões como o engajamento brasileiro no sistema interamericano, o que se deveu à abordagem comparativa dada ao tema, que ocupou espaço de outras discussões possíveis, mas entende que penalização em mais de 50% da nota é rigorosíssima, mormente considerando-se que o candidato demonstrou domínio do tema e propôs abordagem diferenciada.

Resposta da Banca: Acatado parcialmente o recurso. Pontos ganhos com recurso: 3 pontos

QUESTÃO 3

Discorra sobre a crise política de 1954, que marcou a República Liberal (1946–1964).

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 18,7 amp. / 19,3 afro.
4. Desvio padrão: 1,2 amp. / 0,8 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Anônimo

Historiadores como Daniel Aarão Reis Filho argumentam que o varguismo, como fenômeno político, não terminou com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24/8/1954, mas dez anos depois, com a Ditadura Civil-Militar. De fato, a crise de 1954 enquadra-se no contexto maior de polarização da sociedade brasileira, em ambiente genuinamente democrático e de transformações estruturais de um país eminentemente rural e agrário-exportador, para uma sociedade urbana, complexa e industrializada.

Desde a nova ascensão de Vargas ao Catete, em 1950, ficou evidente que o governo não seria tranquilo, em termos políticos, como fora a gestão do Gen. Dutra. De fato, este empreendeu uma política conservadora, no âmbito interno, e de "alinhamento automático" (Gerson Moura) aos EUA, na política externa. Embora apoiado pelo PSD – e pelo próprio Vargas -, Dutra também tinha apoio da UDN e, portanto, maioria folgada no Congresso Nacional, o que lhe garantia a estabilidade política.

O mesmo não ocorreu no governo Vargas. Getúlio foi eleito pela aliança PSD-PTB, partidos que, em termos ideológicos não se assemelhavam: o PSD tinha base agrária e conservadora, e o PTB era fruto da "Invenção do Trabalhismo" e do Queremismo que se seguiu ao final da Ditadura do Estado Novo. A base do partido, portanto, eram os trabalhadores urbanos. Do outro lado do espectro político havia a UDN, de base urbana de classe média conservadora, cujo líder era Afonso Arinos de Melo Franco, um dos subscritores do Manifesto dos Mineiros, que pediu a redemocratização do país. Houve, portanto, oposição ferrenha da UDN ao novo governo de Vargas.

A oposição político-partidária tinha causas mais profundas, as quais são fundamentais para entender a crise de 1954. No âmbito externo, o fim da 2ª Guerra Mundial logo conformou o contexto bipolar entre EUA e URSS. O Brasil, nesse contexto, alinhou-se, indiscutivelmente, ao bloco capitalista. Embora a opção socialista fosse inviável, ela constituía pretexto para desestabilizar o regime, mesmo com o Partido Comunista na ilegalidade desde 1947. Outro foco desestabilizador externo era o regime peronista na Argentina. A oposição enfatizava a "semelhança" entre os regimes, embora Vargas tivesse recusado um Pacto ABC com Perón. Evidência da preocupação com essa aliança suposta foi a acusação de João Neves da Fontoura de que Vargas queria criar uma República Sindicalista no Brasil.

No âmbito interno, a polarização do Congresso Nacional, entre nacionalistas, os quais eram partidários de maior autonomia do Estado frente aos EUA, e os liberais ("entreguistas"), mais favoráveis ao alinhamento com Washington, refletia-se no âmbito militar, sugestivamente alcunhado de "poder desestabilizador", por José Murilo de Carvalho. Ora, o termômetro dos ânimos militares era as eleições do Clube Militar, onde havia forte oposição entre militares nacionais e liberais. A publicação de artigo, no Clube Militar, defendendo a não participação brasileira na Guerra da Coreia acirrou os ânimos dos militares mais liberais. Vargas buscou acalmar os ânimos escolhendo como Ministro da Guerra Estilac Leal, de índole nacionalista, que fora eleito presidente do Clube Militar.

Vários episódios evidenciaram a polarização e a perda de apoio de Vargas no âmbito do Congresso Nacional. Os mais importantes foram o Acordo Militar com os EUA (1952) e a criação da Petrobras (1953). Os projetos foram aprovados, porém evidenciavam o uso político para desestabilizar o governo. O ultimato dos generais militares, pedindo a renúncia de Vargas, na esteira do aumento do salário mínimo e das crises como o atentado da rua Toneleros indicam o desfecho trágico da crise política de 1954.

Os episódios políticos que ocorreram durante o segundo governo Vargas demontram forte oposição de interesses na sociedade, no Congresso e no âmbito militar. Esses interesses conflitantes emergiam não somente da urbanização e da industrialização do país, mas também do cenário internacional e da razão propagandística do conflito Leste-Oeste, apesar de o Brasil estar evidentemente do lado capitalista. Essa polarização seria acirrada no restante da República Liberal, levando ao golpe de 1964 e ao alijamento da esquerda.

RESPOSTA 2 • 20,00

Lucas Cortez Rufino Magalhães

A República Liberal é caracterizada pelo embate entre projetos distintos para a modernização do Brasil. Caracterizado por elevadas taxas de crescimento demográfico e por crescente urbanização, o Brasil é concebido segundo modelos distintos pelas lideranças partidárias de então. Nesse sentido, a crise de 1954 é emblemática da profunda oposição que havia entre as distintas correntes políticas, quadro que enseja grave instabilidade institucional. Dessa forma, a análise da dinâmica política de 1954 é essencial para se compreender a polarização na República Liberal.

O contexto político de 1954 era marcado pela configuração de dois projetos distintos para o desenvolvimento do Brasil. De um lado, encontravam-se os partidários do nacional-desenvolvimentismo, cuja figura central era Vargas. Este grupo defendia a participação ativa do Estado no planejamento e na condução de ações que levassem à modernização do país, de maneira que caberia ao poder público regular os recursos estrangeiros destinados a fins econômicos no Brasil. Essa posição política era defendida em especial pelo PTB, o qual, ao crescer de maneira significativa nas eleições da República Liberal, representa o apoio da população urbana a esse projeto de país. Do outro lado, encontrava-se o projeto chamado de cosmopolita, o qual defendia maior associação e maior liberdade ao capital estrangeiro para o crescimento econômico do país. O principal apoiador desse projeto era a UDN, de base conservadora. Por fim, o PSD, maior partido da República Liberal, assentava-se sobre base rural, e é a influência do seu apoio no regime político-partidário que permite o equilíbrio entre as forças dos projetos distintos de desenvolvimento nacional.

Diante desse quadro político, Vargas elege-se em 1950 com o apoio do PTB e do PSD, embora de maneira não-oficial quanto a esse último. Nesse sentido, é a alteração do equilíbrio de forças em 1954 que dá origem à crise de agosto de 1954. O

governo Vargas, nos anos de 1953 e 1954, decide adotar nova linha de política econômica, configurando a chamada "virada nacionalista", o que representa a opção definitiva pelo modelo do nacional-desenvolvimentismo, de que é exemplo a concessão de monopólio à recém-criada Petrobrás. Nesse contexto, o governo decide-se também por reorganizar sua base partidária, concedendo maior espaço ao PTB nos ministérios em detrimento do PSD, o que prejudica o equilíbrio de forças que permitia a governabilidade.

A aproximação com a classe trabalhadora em 1953-1954 representa momento de agravação das instabilidades. Nesse sentido, a decisão pela elevação do salário mínimo em 100% pelo ministro do trabalho petebista João Goulart gera acirradas críticas dos parlamentares oposicionistas. Contribui para a deterioração do governo Vargas o "manifesto dos coronéis", que demonstra a insatisfação dos meios militares com a política trabalhista implementada pelo Palácio do Catete. A exoneração do ministro Goulart, bastante apreciado pelas classes trabalhadoras que eram a base do PTB, não é suficiente para aplacar a tensão política no ano de 1954.

O atentado da Rua Tonelero contra o líder udenista Carlos Lacerda representa o ápice do tensionamento político em 1954. Nesse sentido, a morte do major da Aeronáutica Rubem Vaz e o consequente indiciamento do chefe da segurança presidencial, Gregório Fortunato, no contexto das investigações da "República do Galeão", representam o enredamento definitivo do presidente Vargas na crise política de então. A perda do apoio do Estado-Maior das Forças Armadas representou o isolamento político de Vargas, que opta pelo suicídio em 24 de agosto de 1954. A insatisfação popular e os violentos protestos que se seguem ao suicídio são indicativos da profunda polarização política que o Brasil vivia à época.

A crise política de 1954 é emblemática da configuração partidária e da oposição de projetos de desenvolvimento do país que caracterizaram a República Liberal. A profunda instabilidade que a nação vive nesse ano é indicadora das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, as quais impactaram sobremaneira na polarização política da época.

RESPOSTA 3 • 20,00

Paulo Victor Figueiredo Valença

A crise política de 1954 representa o ápice das tensões que opunham setores liberal-conservadores da sociedade brasileira à figura de Getúlio Vargas e ao nacional-desenvolvimentismo que ele representava. Em conjuntura econômica difícil para o país, o acirramento ideológico terá como desfecho trágico o suicídio do presidente e a difícil transição político para os próximos presidentes.

A insatisfação política com Getúlio Vargas advém do período em que ele conduziu autoritariamente o país, de 1937 a 1945, e do descontentamento que as elites tradicionais nutriam desde o golpe que extinguiu a Primeira República, em 1930. Nos últimos anos do regime ditatorial, articularam-se diferentes grupos de oposição a Vargas e a favor da redemocratização, cuja manifestação mais notória foi o chamado Manifesto dos Mineiros. Com o fim do Estado Novo, esses grupos esperavam que Vargas se retirasse da política e, dessa forma, não comprometesse o processo democrático com sua influência. Vargas retira-se a sua fazenda em São Borja, mas se mantém articulado com dois grandes partidos da República Liberal, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), sendo este último o maior daquele período.

Forças liberais e conservadoras articulam-se em torno da União Democrática Nacional, coligação que auferia apoio das classes médias urbanas, do grande empresariado e de intelectuais de direita e centro-direita. Apesar de brilhantes figuras em sua liderança, a UDN fracasse nas eleições presidenciais de 1945 e de 1950, quando seu candidato, o Brigadeiro Eduardo Gomes, é derrotado por Dutra, do PSD, e por Getúlio Vargas, do PTB. Essas derrotas convencem a UDN de que o aparelhamento da máquina estatal por varguistas e o populismo e carisma de Vargas inviabilizariam qualquer vitória expressiva nas urnas. A partir de então, a UDN pautar-se-á pela bandeira anticorrupção e moralizadora, ao gosto da classe média de então, e esforçar-se-á por demonstrar o autoritarismo, o populismo e a imoralidade do governo Vargas.

Getúlio Vargas, pela primeira vez no poder pelo voto direto, fracassa em seu intento de sanear a economia e de promover crescimento sem inflação. Manipulado por facções do PTB e prejudicado pela gestão desastrada de Ricardo Jafet à frente do Banco do Brasil, Vargas opta, em contrariedade a seu compromisso saneador, por aumento de 100% salário-mínimo dos trabalhadores, em 1954, além de já haver promulgado Lei de Remessa de Lucros que limitava a atuação do capital estrangeiro no país. O descontentamento de empresários com essas medidas heterodoxas e a desconfiança do capital externo em investir no país geram queda do crescimento e desequilíbrio externo.

No mesmo ano, de 1954, o líder da UDN, Carlos Lacerda, é alvo, juntamente ao Major Rubens Vaz, de atentado com arma de fogo na rua Tonelero, em Copacabana. Lacerda culpa Vargas pela polarização política que conduziu ao atentado e acusa-o diretamente de envolvimento. A aeronáutica, indignada com a morte do major-aviador, conduz investigação que aponta o envolvimento de braço direito do presidente no acontecimento. A UDN sente-se legitimada para exigir a renúncia de Vargas, e setores das Forças Armadas cogitam apeá-lo do poder.

Em agosto de 1954, Vargas decide não abandonar o poder e, em ato de desespero, suicida-se. O suicídio reverte a opinião pública contra os antivarguistas, os quais pleitearão o fim do mandato do Vice-Presidente Café Filho, o qual alega doença e retira-se da política. Ala legalista das Forças Armadas, liderada por Henrique Lott, efetua golpe preventivo para assegurar a possa do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. JK sofrerá tentativa e golpe no início de seu mandato (base área de Jacareacanga) e no final (Aragarças), mas anistiará os revoltosos e cumprirá integralmente seu mandato.

Os golpes e contragolpes que se seguiram ao suicídio de Vargas demonstram o quanto o ambiente político encontrava-se sobrecarregado e polarizado. Quando, na década de 1960, a esquerda adota o discurso golpista da UDN, segundo Daniel Aarão Reis Filho, o golpe definitivo que poria fim à República Liberal era apenas questão de tempo e, dessa forma, a ditadura civil-militar que se estabeleceu em 1964 pode ser vista como desfecho da crise política que culminou no suicídio de Vargas em 1954.

As repercussões da crise política de 1954 demonstram a centralidade desse momento na República Liberal brasileira O

acirramento ideológico que redundou no suicídio de Vargas não arrefeceu, pelo contrário, exacerbou-se após esse ano. Quando as esquerdas absorvem o conteúdo golpista, a República Liberal deixou de possuir legitimidade política e os acontecimentos que conduziram ao golpe de 1964 podem ser vistos como consequência de 1954.

QUESTÃO EXTRA • 18,00

O suicídio de Vargas resultou no que Jorge Ferreira designou de "carnaval da tristeza". Enquanto setores populares tomavam as ruas para defender o legado varguista e as conquistas trabalhistas e sociais, os setores da oposição a Vargas ficaram acuados e tiveram suas principais instituições depredadas. Com seu suicídio, Vargas logrou "inverter os papéis" por um certo tempo, mas ainda havia ameaças de golpe em relação a seu sucessor. Nesse sentido, a Novembrada (1954) foi uma tentativa exitosa de impedir um golpe de estado, cujo objetivo era inviabilizar a tomada de posse do presidente eleito

Com o suicídio de Vargas, seu vice, Café Filho, assumiu a presidência da república. Tratava-se de uma chapa pouco ideológica, organizada para interesses políticos. Para ganhar eleições presidenciais, Vargas precisou de apoio de Adhemar de Barros, político de grande apelo popular em São Paulo e líder do PSP. Em retribuição, Adhemar pôde escolher o vice da chapa varguista e tinha garantias de que Vargas o apoiaria na próxima eleição presidencial. Com a morte de Vargas, esse apoio estava inviabilizado e Café Filho, de viés mais liberal, assume a presidência.

Como medida inicial, Café Filho lança sua instrução nº 113 da SUMOC, a qual estabelece facilitação de remessa de lucros para empresas estrangeiras e compra de mercadorias sem reservas cambiais. Isso demonstra sua associação com setores liberal-conservadores, nesse momento representados pela UDN. Em determinado momento de seu mandato, e já com a vitória de Juscelino pela aliança PSD-PTB, Café Filho se licencia sob o argumento de tratar de questões de saúde, dando lugar à posse do udenista Carlos Luz. Nesse momento, o Comandante das Forças Armadas, General Henrique Teixeira Lott é informado de que a troca de cargos poderia fazer parte de um golpe para impedir a posse de Juscelino. Ressalte-se que o novo presidente já era contestado judicialmente pela UDN, sob o argumento de que ele não havia obtido a maioria absoluta dos votos nas eleições. A tentativa de Lott de se comunicar com Carlos Luz e de discutir essa ameaça golpista é amplamente noticiada pela imprensa, que, inclusive, informa a opinião pública acerca da resistência de Carlos Luz em receber o Comandante das Forças Armadas.

Quando o encontro entre ambos de fato ocorre, Lott percebe a possibilidade de golpe, requer exoneração e, no mesmo dia, aciona as forças armadas que lhe são leais para dar início à Novembrada (1954). Tanques do Exército tomam as ruas do Rio de Janeiro e depõem, no episódio que recebeu a alcunha de "golpe preventivo", o Presidente Carlos Luz. Nesse mesmo período, Café Filho busca retomar a presidência alegando que já se recuperou de seu problema de saúde, no que é impedido por Lott, que designa como presidente o ministro do Supremo, Nereu Ramos. Seu mandato foi, em realidade, a preparação para a posse de Juscelino de Kubitschek.

Pode-se afirmar que o "golpe preventivo", além de garantir a posse do presidente eleito, teve influência no novo governo. JK adotou postura conciliatória com os membros da corrente partidária mais liberal, mesmo tendo de governar sob intensas e frequentes acusações de corrupção por parte da ala "Banda de Música" da UDN. Além disso, JK percebeu a importância do setor militar como garantia da estabilidade no governo, tendo estabelecido vários militares em cargos-chave e tendo referendado, inclusive, a candidatura do General Lott para as eleições de 1960, que resultaram na vitória do liberal-conservadorismo.

O episódio da Novembrada demonstra a importância fulcral obtida pelas Forças Armadas ao longo da República Liberal. Intervenções "cirúrgicas" foram utilizadas com frequência, como meio de os militares garantirem a ordem que consideravam ideal. Em um contexto de extrema polarização que toma o país, e que tende a se acentuar após o fim do governo do conciliador JK, o apoio dos militares acaba por se tornar decisivo para a manutenção ou queda do governo. No caso da Novembrada, houve uma intervenção que propiciou a manutenção da democracia.

PIOR NOTA • 16,00

A crise política que se instaurou no país em 1954 se deveu ao suicídio de Getúlio Vargas. Em meio a pressões políticas de toda ordem, Vargas "deixou a vida para entrar para a História", segundo sua carta-testamento. O suicídio do presidente levou ao hiato Café Filho, que simbolizou uma maior aproximação aos EUA e abriu espaço para a eleição de JK. Vargas enfrentava forte e crescente oposição interna, com o desgaste de sua base de apoio, além de pressões de ordem externa e da deterioração da economia.

O governo Vargas havia sido marcado, na esfera externa, pelo que Mônica Hirst chamou de "pragmatismo impossível". Assim, o governo alternou momentos e posicionamentos de maior alinhamento aos EUA e de maior afirmação nacional. Uma vez que era impossível, dado o contexto diferente imposto pela Guerra Fria, repetir a barganha de seu governo anterior, Vargas buscou alinhar-se de forma moderada ao projeto estadunidense, assegurando uma margem de autonomia tanto quanto possível.

Como comportamentos de maior alinhamento, podem ser citados o acordo militar bilateral de 1952 e a cautela nas relações com a Argentina peronista. Esse último ponto foi marcado pela disputa entre o embaixador brasileiro na Argentina, Batista Lusardo, defensor de uma maior concertação e da adesão ao redivivo Pacto ABC, agora proposto por Perón, e o chanceler João Neves d Fontoura, contrário à aproximação.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada em 1951 a partir de entendimentos prévios do governo Dutra, não rendeu os frutos que o Brasil esperava. Em 1953, a comissão foi encerrada por Eisenhower. Seus estudos foram bastante importantes no diagnóstico de gargalos à industrialização brasileira, mas os financiamentos ficaram aquém das expectativas.

O plano econômico de Getúlio, que teria uma fase de estabilização e ajustamento ("Campos Salles"), seguida de uma de realizações, baseada na CMBEU ("Rodrigues Alves"),

fracassou. Diante da incapacidade do governo de estabilizar a economia e do fim da CMBEU, o cenário econômico se tornou crescentemente complicado.

Do ponto de vista político, o PTB e o PSD, partidos criados em 1945 pela lei Agamenon de Magalhães, encontravam-se cada vez mais desgastados, fator que favoreceria a ascensão de Jânio ao poder em 1961. A oposição, consubstanciada na figura do jornalista Carlos Lacerda, acirrava-se cada vez mais. O episódio da Rua Toneleiros, quando houve um atentado que resultou na morte de um major da Aeronáutica, selou o fim do governo Vargas. Descobriu-se que um membro da guarda presidencial estava envolvido no episódio e que o atentado teria visado a matar Lacerda.

O suicídio de Vargas gerou enorme comoção nacional. Apesar de seu governo autoritário de 1937 a 1945, Vargas seria lembrado como líder trabalhista e estadista de fortes tendências nacionalistas. O cargo de presidente foi assumido por Café Filho, cujo governo foi breve e marcado pelo alinhamento com os EUA, simbolizado pelo acordo para pesquisa acerca de recursos de urânio no país e pela ampliação das facilidades ao capital estrangeiro, vide Instrução 113 da SUMOC e nova lei de remessas.

Café Filho seria substituído por Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart como vice. Essa eleição demonstraria que o período de crise institucional não havia terminado. Após a insurgência de parte da oficialidade das Forças Armadas contrária à posse, o general Lott desferiu um “golpe preventivo”. Carlos Luz e Nereu Ramos assumiram a presidência sucessivamente, substituindo Café Filho, e a posse de JK e Jango foi assegurada. O fim da república liberal, que ocorreria em 1964, teve, de certa forma, início com a crise de 1954. A partir de então, os militares, organizados no Clube Militar e na ESG, ganharam força e, cada vez mais, exerceram oposição aos governos eleitos, sobretudo após breve interregno inicial do governo JK.

QUESTÃO 4

Discorra sobre as eleições de 1974 e o seu impacto no processo de transição do regime militar à Nova República.

Extensão máxima: 60 linhas

Valor: 20,00 pontos

Média: 18,5 amp. / 17,8 afro.

D. padrão: 2,0 amp. / 2,6 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Arthur Cesar Lima Naylor

As eleições de 1974 foram o primeiro alerta significativo de que o bloco de poder construído pelo regime militar dava sinais de desgaste. Após os anos de euforia econômica do milagre, entre 1968 e 1973, quando a ARENA, partido do governo, obtinha vitórias maiúsculas nas eleições legislativas, o primeiro choque do petróleo e as dificuldades econômicas decorrentes fragilizaram o regime. Isso levaria o presidente Ernesto Geisel a promover mudanças significativas na política econômica, com o lançamento do II PND; na política externa, com o pragmatismo responsável e ecumênico; e na política interna, com o início do processo de abertura.

Ciente das tribulações da economia, mas sem penetração social para aferir o humor da população, o regime imaginou que, a despeito de algumas dificuldades, venceria as eleições parlamentares de 1974. Foi com surpresa, pois, que o governo recebeu os resultados da apuração: o MDB, partido da oposição consentida pelo regime, conquistou, com relativa facilidade, a maior parte das cadeiras em disputa para o Senado. Isso não foi, porém, suficiente para dar-lhe maioria naquela Casa, uma vez que apenas parte do Senado estava sendo renovada. Mas o mais relevante era o fato de que a maioria dos votos do MDB provinha das regiões mais prósperas e dinâmicas do país, concentrando-se o eleitorado da ARENA cada vez mais nos rincões do país, regiões cuja população, mais dependente da ação do Estado, tende a votar no partido do governo.

Atento à tendência de o quadro eleitoral tornar-se cada vez mais difícil para o regime, na medida em que não havia recuperação econômica prevista para o curto prazo, o presidente Geisel, aconselhado pelo ministro Golbery do Couto e Silva, resolve iniciar processo de abertura "lenta, gradual e segura", ao final do qual, esperava-se, os militares devolveriam o poder aos civis sem a irrupção de grandes convulsões sociais. Esse processo, porém, não transcorreu sem contramarchas. Se medidas eram tomadas de modo a promover a liberalização do regime, como o abrandamento da censura à imprensa, outras buscavam evitar que a sucessão dos fatos se acelerasse em demasia, como o conjunto de leis eleitorais de caráter restritivo baixado em abril de 1977 e conhecido como "pacote de abril". Paralelamente, episódios de tortura e outras violações de direitos humanos, embora em menor número, ainda ocorriam, desafiando o regime em seu propósito de transição política.

Nas eleições seguintes às de 1974, ainda que algumas derrotas da oposição tenham sido registradas, sobretudo devido às manobras do governo, a tendência de fortalecimento do MDB se manteve, sobretudo nas grandes cidades. Novas lideranças, fundamentais para a condução dos processos históricos, afirmavam-se, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Paulo Brossard. A transição ganharia ímpeto ainda maior no governo de João Figueiredo.

Em 1979, ano em que assume o poder o último presidente do regime militar, um evento de grande monta ocorre no cenário internacional: o 2° choque do petróleo. A crise econômica brasileira agrava-se, em um prenúncio de todas as dificuldades da década seguinte, como crescimento baixo, inflação renitente e desequilíbrios no balanço de pagamentos, o que levaria à moratória da dívida externa em 1987. No plano político, ainda em 1979, é abolido o AI-5, decreta-se a lei de anistia e é editada uma nova lei de partidos políticos baseada na pluralidade partidária. A abertura acelera-se, vindo a culminar na campanha das diretas (1984) e na eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral (1985).

As eleições de 1974 foram, portanto, a primeira rachadura no bloco de sustentação do regime militar. Apesar das restrições políticas, foi pela via eleitoral que a população manifestou seu crescente desagrado em relação ao governo, forçando-o a aceitar a abertura democrática.

RESPOSTA 2 • 20,00

Daniel Leão Sousa

As eleições de 1974 apresentam grande relevância simbólica para o processo de abertura política que levaria ao fim do regime militar implementado em 1964. A vitória relativa do MDB nas eleições para o Parlamento, em 1974, denotava a crescente força política da oposição consentida e a necessidade de que o governo militar orientasse o processo de abertura política, a fim de que ele não fugisse ao controle das autoridades governistas. A partir das eleições de 1974, o regime militar, sob o governo Ernesto Geisel e influência do pensamento castelista de Golbery do Couto e Silva, daria início a um processo de abertura política lenta, gradual e segura.

As eleições de 1974 garantiram maior presença do MDB nas duas casas do Congresso brasileiro. No Senado, o partido conquistara 16 dos 22 cargos em disputa – o que, todavia, ainda não lhe conferia maioria naquela casa, já que apenas um terço de seus postos foram à eleição. Na Câmara dos Deputados, por sua vez, o MDB elegera número de parlamentares suficiente para bloquear a aprovação automática de reformas políticas pela ARENA. A relativa vitória do MDB em 1974 deveu-se, em parte, à participação do partido nas eleições presidenciais do ano anterior. Naquela ocasião, o MDB pudera apresentar propostas políticas, questionar o caráter anti-democrático das eleições no regime ditatorial e exercer habilidades de propaganda política, que se revelaram úteis nas eleições de 1974.

O avanço do MDB no Congresso demonstrou à equipe de governo de Geisel a necessidade de tomar controle do processo de abertura política. Apesar de que os movimentos de guerrilha urbana já houvessem sido sufocados por Médici, ainda havia o risco de que a abertura política se desse à revelia do regime, o que justifica o projeto de abertura lenta, gradual e segura, realizada por vias institucionais. Segundo Golbery do Couto e Silva, militar castelista que inspirou o projeto de abertura de Geisel, tratave-se [sic], naquela ocasião, de um período de "diástole" do regime.

As medidas de abertura política adotadas no governo Geisel, como a repressão à tortura praticada pelos quadros militares – como no caso Herzog – e a extinção do AI-5 – com o fim da censura prévia – conviveram com medidas de orientação restritiva, que assegurassem o controle do processo de abertura

pelo governo. A Lei Falcão, nesse sentido, limitou o espaço para propaganda política televisiva e radiofônica, a fim de reduzir as chances de nova vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1978. O Pacote de Abril, ademais, criou a figura do Senador biônico, determinando que um terço dos cargos do Senado fossem eleitos pelas Assembleias Legistativas estaduais. O interesse era garantir a manutenção da maioria da ARENA no Senado e, por conseguinte, o controle governista sobre o órgão, inclusive para a eleição de um próximo presidente militar, capaz de dar continuidade a um processo de abertura controlado pelo governo.

A eleição de João Figueiredo à presidência, em 1979, comprovou a eficácia política do projeto de abertura lenta, gradual e segura idealizado pelo governo de Geisel, a partir das eleições de 1974. O novo presidente, também de tradição castelista, foi incumbido da missão de dar continuidade ao processo de abertura, mantendo-o sob direcionamento do governo. Tal foi a explicação da Lei de Anistia, que compreendia tanto membros do regime quanto opositores políticos, e da permissão para que vigorasse o pluripartidarismo no país. No governo de Figueiredo, contudo, o processo de abertura foi mais turbulento, em vista da atuação mais incisiva da oposição e das tentativas de setores militares em frear a abertura, por meio, inclusive, de ataques terroristas como o do Riocentro.

As eleições de 1974 deram início a um processo de abertura política que se fez sob controle e direção do próprio regime militar. O avanço da oposição nos quadros parlamentares, em 1974, sinalizou a necessidade de que o governo permitisse a abertura, vista como natural pela gestão de Geisel, desde que feita por vias institucionais. A eleição de Figueiredo, em continuidade ao projeto, e de Tancredo Neves, por vias legais, representa o trunfo [sic] desse projeto na transição para a democracia.

RESPOSTA 3 • 20,00

Anônimo

O ano de 1974 foi um divisor de águas na história do regime militar. O início do governo Geisel caracterizaria o início do processo de redemocratização sob controle do governo, ao passo que, nas eleições legislativas, o avanço significativo da oposição consentida simbolizaria tanto o fortalecimento das forças sociais e políticas contrárias ao regime quanto as dificuldades que se apresentariam para o governo garantir seu controle sobre a transição política.

No final de 1965, o AI-2 e o subsequente AC n. 4 representaram a extinção dos partidos políticos da República Liberal e a implantação de um sistema bipartidário na prática, composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista. O MDB, contudo, era a oposição consentida pelo governo, uma vez que os direitos políticos de diversos parlamentares e políticos brasileiros haviam sido cassados nos anos anteriores. Nas eleições que ocorriam nos anos iniciais do regime, o MDB geralmente praticava o boicote do pleito, abstendo-se de realizar campanhas eleitorais como forma de protesto velado ao regime. A realização de eleições periódicas era uma forma de o regime buscar se legitimar perante a sociedade e demonstrar sua representatividade. Desse modo, ao abster-se de fazer campanhas, o MDB questionava a legitimidade do próprio regime, embora, em termos práticos, isso significasse perda de espaço no Congresso Nacional.

Em 1974, o MDB mudou sua posição e realizou intensa e ativa campanha presidencial. O vitorioso no pleito, dada a ampla maioria arenista no Congresso, foi, naturalmente, o candidato do governo, Ernesto Geisel. A visibilidade da campanha do MDB, contudo, refletiu-se em importante vitória do partido nas eleições legislativas, de modo que o partido apresenta significativo crescimento no Congresso Nacional em 1974. Embora continuasse minoritário, o MDB obteve a maioria dos assentos em disputa no Senado Federal (somente 1/3, na ocasião), e o governo deixou de gozar de maioria qualificada no Congresso. A vitória do MDB foi vista com contrariedade pelo recém-eleito Geisel. O compromisso do presidente, da ala moderada ou castelista das Forças Armadas, com uma abertura "lenta, gradual e segura", supunha o estrito controle do governo sobre a redemocratização. Naquele mesmo contexto, a redemocratização de Espanha e Portugal reforçaria o argumento do governo a respeito da importância de uma transição controlada: na Espanha, a transição foi tranquila e implicou o retorno da monarquia; em Portugal, uma revolução (com participação de jovens tenentes) implicou a formação de um governo socialista.

O governo reagiu ao crescimento da oposição por meio de medidas antidemocráticas, de modo a conter o avanço do MDB nos anos seguintes. Desse modo, restringiu as propagandas eleitorais em televisão e, por meio do Pacote de Abril (1977), aprovado com o Congresso fechado pelo governo, fortaleceu o peso eleitoral em regiões onde a ARENA era mais poderosa, como Norte e Centro-Oeste (no qual o Mato Grosso foi dividido, aumentando a presença da região no Parlamento) e criando a figura dos "senadores biônicos", eleitos indiretamente pelas assembleias legislativas estaduais. Por um lado, essas medidas dificultaram o avanço do MDB no Parlamento (garantindo, por exemplo, a derrota da Emenda Dante de Oliveira no início dos anos 1980). Por outro, não impediram o crescimento da oposição da sociedade ao regime, por meio da OAB, da ABI e de novos movimentos sociais, como o novo sindicalismo do ABC paulista.

O ano de 1974 demonstraria que a ideia de transição política controlada enfrentaria obstáculos crescentes. O crescimento eleitoral do MDB, no mesmo ano, seria apenas um deles, como demonstrado pela oposição crescente ao regime tanto de atores favoráveis à redemocratização quanto da própria linha-dura das Forças Armadas. Ao fim e ao cabo, a transição acabou sendo controlada, embora com crescentes dificuldades e tensões.

QUESTÃO EXTRA • 20,00

Costuma-se afirmar que, após o Ato Institucional nº2, que instituiu o bipartidarismo no Brasil, havia o partido do "sim" e o partido do "sim, senhor": o Movimento Democrático Brasileiro e a Aliança Renovadora Nacional, respectivamente. Para um regime que se instaurara alegando defender a democracia – como fora o caso do regime militar de 1964 –, era importante manter a aparência de que havia disputa eleitoral no país, e a "boutade" denunciava a farsa. Nesse contexto, a eleição de 1974 foi um marco, pois a disputa, independentemente do resultado, apontou para a perspectiva de um embate verdadeiro, preparando os espíritos para a redemocratização.

Ao lançar a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da República – ou anticandidatura, como ficou conhecido o movimento –, o MDB preparou e fortaleceu um discurso de oposição ao regime militar. Naquele momento, as eleições indiretas para presidente beneficiavam a ARENA, o partido governista. Dada sua penetração nos rincões do país, onde prefeitos arenistas dominavam a política local, a ARENA não tinha dificuldades em eleger para o Congresso Nacional parlamentares alinhados ao regime, os quais elegiam o chefe do Executivo Federal. O MDB sabia que eram remotas as chances de Ulysses eleger-se num parlamento assim, mas a campanha, ao percorrer o país, divulgou e promoveu a oposição.

A penetração do MDB no interior do Brasil não foi um fato que não gerou quaisquer consequências. Sabe-se que o Congresso Nacional elegeu o General Ernesto Geisel, que derrotou Ulysses Guimarães. Com a anticandidatura, porém, percebeu-se que havia espaço para o embate político. Mesmo que, eleitoralmente, ainda não fosse possível derrotar o regime, a campanha do MDB tornou o partido mais atrativo aos olhos daqueles que, inconformados com o regime autoritário, não queriam aderir à luta armada. Isso explica, inclusive, o fato de o MDB ter agregado em seu seio desde os simpáticos ao socialismo aos partidários da democracia cristã.

Ainda na década de 1970, apesar da eleição de Geisel, o MDB obteve importantes vitórias eleitorais, as quais podem ser atribuídas ao ganho de prestígio resultante da heroica anticandidatura. O expressivo número de senadores eleitos pela oposição fez que, de repente, não se visse mais como garantida a eleição de um presidente da República arenista. Em um sistema eleitoral baseado no voto indireto, o avanço da bancada oposicionista era uma clara ameaça à continuidade do regime – ameaçava, pelo menos, o controle da abertura idealizada pelo governo Geisel, lenta e segura. Como resposta a esse crescimento da bancada do MDB, o governo promoveu e conseguiu a criação do senador biônico.

As eleições de 1974 tiveram um efeito mais sutil, no entanto importante. Com a anticandidatura de Ulysees, criou-se a tradição do embate. Enquanto o candidato do MDB percorreu e empolgou o país em 1974, na eleição seguinte – a da sucessão de Geisel –, a disputa entre a candidatura governista de Figueiredo e a candidatura oposicionista do também general Euler tomou o noticiário. Assim como Geisel, Figueiredo elegeu-se; chamava a atenção, todavia, que o MDB conseguisse lançar o nome de um homem dos quartéis.

Nesse contexto, percebe-se que o principal resultado da anticandidatura de Ulysses não se verificou em 1974, mas no momento da redemocratização. Assim como a Lei do Ventre Livre abrira, na alma do escravo, a perspectiva de direitos (conforme se alegou), as eleições de 1974 abriram, na alma do povo brasileiro, a perspectiva de democracia. A partir da campanha de 1974, o MDB não só penetrou os rincões atrasados do país, como progressivamente reuniu figuras que, a despeito das diferenças, coligaram-se em favor da instauração da Nova República.

PIOR NOTA • 13,00

As eleições de 1974 marcaram o início do processo de abertura lenta gradual e segura, promovido a partir do governo Geisel. O impacto da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi o de sinalizar que o regime militar enfrentaria crescentes desafios à sua sustentação.

As eleições de 1974 fazem parte de processo eletivo que foi mantido na maior parte do regime militar (1964-1985). Após o fechamento do Congresso no início do período, com o Ato Institucional I, o governo Castello Branco promoveu a reabertura e a composição de dois partidos, o ARENA, partido governista, e o MDB, que representaria forças de oposição. Nesse contexto, foram mantidas as eleições para governadores, prefeitos e Câmaras Legislativas, (tanto federais quanto estaduais). As eleições de 1974 permitiram ao MDB não só ocupar bancada substancial no Congresso (cerca de 40%), como lograr vencer algumas eleições governamentais, como foi o caso do Estado da Guanabara, com Moreira Franco.

O incremento da participação do MDB pode ser justificado por motivos sociais e econômicos. Na esfera social, o regime militar havia atingido seu nível mais alto de repressão, após a edição do Ato Institucional número 5, em 1969, ainda no governo Costa e Silva. O governo Médici foi, contudo, o principal executor da medida, que violava direitos humanos, privacidade e seguranças institucionais basilares da cidadania. Pode-se afirmar que o AI-5 levou a uma "descentralização da repressão", o que constituiu um dos principais desafios da proposta de abertura proposta por Geisel. No âmbito econômico, os anos do "milagre econômico", caracterizados por sucessivas taxas de crescimento do PIB na casa dos dois dígitos, já davam sinais de desgaste. O principal era a inflação galopante, que, para o consumidor final, é sempre um dos efeitos mais nefastos. De fato, a crescente crise econômica, entre a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980, foi, também, desafio do processo de abertura, uma vez que o argumento de "legitimação pela eficiência" não mais se sustentava.

O governo Médici procurou conter a expansão do MDB por meio de instrumentos constitucionais. É interessante notar que, mesmo com a possibilidade de edição de atos institucionais arbitrários, o governo tenha escolhido a via parlamentar para a implementação de mudanças. Nessa lógica pode ser compreendida a Lei Falcão, também de 1974, que instituiu parcela fixa de representação para a ARENA e, ainda, instituiu os chamados senadores "biônicos", que seriam escolhidos diretamente pelo governo.

Em termos de legitimação do governo, pode-se afirmar que o governo Médici promoveu singular iniciativa de "bonapartismo", ou seja, procurar desviar a atenção de questões internas para problemas externos. É nesse contexto que se insere a denúncia do Acordo Militar com os EUA (1952), em 1957. A justificativa da denúncia deu-se em contexto de pressão dos EUA (governo Jimmy Carter) pela questão dos direitos humanos, que o governo brasileiro abordou como atentado à soberania nacional.

Ainda no âmbito da política externa, as iniciativas do chamado "pragmatismo responsável e ecumênico", como a diversificação de parcerias comerciais (principalmente na África e no Oriente Médio) eram uma certa apropriação da agenda do MDB.

A partir do governo Figueiredo o processo de abertura é consolidado, a despeito de eventuais tentativas de alas radicais de reverter a situação, como no episódio do Riocentro.

As eleições de 1974 marcam, portanto, momento de inflexão quanto à necessidade de abertura do regime, pois este não se sustentava mais, nem pela via autoritária, nem pela via da legitimação pela eficiência econômica.